

12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas 13.06.2018

PAOD

Intervenção

Sr. Presidente; Srs. Vereadores:

O crescimento demográfico em concelhos que se inserem nas áreas metropolitanas constitui uma variável importante e com influências práticas e talvez decisivas para a gestão municipal.

No nosso Concelho, inserido na Área Metropolitana de Lisboa e servido de eixos viários principais que de certo modo constituem uma enorme mais-valia no que respeita às acessibilidades regionais, o problema do crescimento demográfico e as variáveis a ele associadas devem merecer a melhor atenção dos responsáveis políticos e técnicos.

Onde estamos, como aqui chegámos e sobretudo responder à pergunta: até onde queremos e podemos chegar?

No século XX a população do território que constitui hoje o Concelho de Odivelas passou de 2173 para 133 847 habitantes, o que significa que em média aportaram a este espaço cerca de 1316 novos habitantes por ano. Contudo este indicador é enganoso porque como todos sabemos a explosão demográfica inicia-se essencialmente na década de 50, fruto da industrialização levada a cabo pelo Regime de então.

Na realidade se fizéssemos as mesmas contas para o período compreendido entre 1950 e 1970, o valor médio que obteríamos era de 3210 novos habitantes em cada ano desse período.

É na década de setenta que se verifica o valor mais elevado, fruto da conjugação da industrialização com o fecho do ciclo colonial que igualmente fez convergir para este nosso território um número significativo de gente. O crescimento médio anual da população no Concelho atingiu então o valor de 4673 habitantes.

A incapacidade do Estado de responder ao chamado problema da habitação teve no território do nosso Concelho consequências que me escuso de referir, até porque elas merecem uma reflexão cuidada que não cabe nesta intervenção. Contudo importa recordar que segundo estudos de 1974, na Área Metropolitana de Lisboa a Sul, viviam em bairros de lata cerca de 150 000 pessoas, ou seja uma população praticamente equivalente à do nosso atual Concelho.

Não deixa de ser curioso observar os dados disponíveis e reter que é no período entre 1991 e 2001 que o aumento populacional regista o seu menor crescimento. Em 1991 a população do Concelho cifrava-se em 130 015 e em 2001 em 133 847 habitantes, registando-se uma taxa de variação média anual de cerca de 383 habitantes. Este valor apenas é comparável com o registado na década de quarenta do século passado.

No período entre 2001 e 2011 a população do Concelho aumentou cerca de 10 000 habitantes e as projeções para 2018 feitas pela Pordata apontam para uma população atual a rondar os 162 000 habitantes. A conjugação da criação do Concelho com a adesão à zona euro, bem como as políticas urbanísticas parece estarem a induzir um crescimento populacional acelerado, ou seja desde a criação do Concelho aqui aportaram cerca de mais 30 000 almas! Nos fatores que influenciam o crescimento urbano neste tipo de territórios como o nosso, parece serem de grande importância a troca da aposta de bens transacionáveis por bens fixos induzida pela adesão à moeda única, mas igualmente a lei que transforma o IMI na principal fonte de receita dos orçamentos municipais.

Se como é comum, tentássemos aplicar um modelo matemático de regressão logística ao crescimento populacional (mesmo tendo em conta as limitações dos dados disponíveis) parece ser fácil concluir que o referido modelo se encontra perturbado pelo crescimento da última década.

Na realidade a pergunta impõe-se: quais os limites de crescimento populacionais que consideramos aceitáveis?

Se derivarmos a expressão matemática do modelo de regressão logística, obtemos uma curva Gaussiana com um ponto de máximo na década de setenta do século passado.

Se nos limitarmos a calcular as taxas médias de variação anual da população (sempre positivas) percebemos que a seguir ao período de contenção registado entre 1991 e 2001, as mesmas atingem valores muito mais elevados nos anos mais recentes. Em particular deve destacar-se que a referida taxa se cifra em 1804 hab/ano entre 2011 e 2018. Concluimos daí que o modelo está irremediavelmente a ser posto em causa.

A pergunta impõe-se uma vez mais: até onde devemos aceitar o crescimento populacional? Que medidas tomar? Como articular este crescimento com a inevitável ultrapassagem dos limiares de crescimento, eles próprios induzindo custos adicionais significativos em todos os sistemas urbanos.

Sabemos que a densidade populacional do Concelho de Odivelas será presentemente de cerca de 6100 hab/km², apenas superada pelo Concelho da Amadora com cerca de 7397 hab/km².

Esta intervenção não pretende como é evidente tirar qualquer conclusão. Pretende sim ser um incentivo ao estudo de toda a problemática relacionada com o crescimento urbanístico e demográfico do nosso Concelho.

Gostaria, se tal fosse possível, que os serviços fizessem uma estimativa da população concelhia tendo em conta todos os compromissos urbanísticos assumidos até ao presente.

Creio que essa prospeção sobre o futuro seria de grande utilidade para a governação municipal.

Odivelas, 13 de Junho de 2018

Os Vereadores da CDU